



ANEXO 3

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DOUTORADO ACADÊMICO EM DIREITO

**Rio de Janeiro
2024**

1. Área de concentração e linhas de pesquisa

Área de concentração

A área de concentração é Direito e Políticas Públicas, que visa identificar a interface entre a forma de modelagem ou regulação jurídica promovida pelo Estado e os planos de ação governamental.

No Estado Constitucional e Democrático de Direito, há a consagração dos direitos e garantias fundamentais como forma de preservação do espaço de liberdade do cidadão em face do Estado e de promoção dos valores individuais, coletivos, sociais e difusos, porém, igualmente, representa a realização dos demais bens e valores constitucionais através da realização de princípios, objetivos e programas constitucionalmente garantidos.

As políticas públicas assumem, portanto, a dimensão de instrumentos não apenas de realização de planos de governo, mas de verdadeira adjudicação de bens e atividades necessárias à concretização dos serviços públicos como pressuposto à realização dos respectivos direitos fundamentais e, portanto, das condições materiais e procedimentais necessárias à uma existência digna em sua dimensão de autonomia privada e coletiva, individual e social.

Ademais, com as políticas públicas se materializam os princípios, objetivos e programas constitucionais, através de ações estatais voltadas à realização dos ditames da ordem constitucional econômica, social e política dentre outras, bem como, as finalidades pautadas na garantia da liberdade econômica e justiça social e os programas de realização dessa justiça redistributivas consagradas no pacto fundamental.

Para o Direito o estudo das políticas públicas representa a apropriação do papel da ciência jurídica e do jurista, na modelagem e análise do funcionamento das instituições, dos planos e dos sujeitos à partir do Direito em uma dimensão multidimensional dos programas e ações governamentais.

A área de concentração Direito e Políticas Públicas tem, portanto, por objetivo, a produção de conhecimento científico de relevância

nacional e internacional sobre o Direito e Políticas Públicas, através da formação de pesquisadores de perfil acadêmico aptos a realizar pesquisas científico-jurídicas dotada de inter, trans e multidisciplinariedade, desenvolvimento através de suas linhas de projetos de pesquisa relativos na área e a realização e apresentação à coletividade de atividades de impacto social e internacional na matéria.

2. Linhas de pesquisa

O Curso de Doutorado do PPGD é formado por 3 (três) linhas de pesquisa que funcionam como aglutinadoras dos projetos e temas de pesquisa desenvolvidos pelos seus docentes, discentes e egressos.

A linha de pesquisa “Instituições e políticas públicas” tem por objetivo produzir investigações científico-jurídicas acerca da análise jurídica do papel das instituições, a saber, pessoas, poderes e órgãos públicos, enquanto sujeitos responsáveis precipuamente pelo planejamento, execução e controle das políticas públicas. Pretende-se analisar, em estrito, as formas de seus arranjos e interações, a legitimidade de suas atuações, bem como o controle e responsabilização dessas instituições públicas e como tais elementos influenciam na modelagem, na implementação e na fiscalização dos planos de ação governamental.

A linha de pesquisa “Agendas das políticas públicas” tem por objetivo aglutinar pesquisas do Direito acerca dos debates jurídicos promovidos em relação à implementação dessas agendas políticas no âmbito dos programas estatais. Busca verificar, de forma delimitada, como quatro paradigmas do Estado Contemporâneo, em especial, no Brasil tem sido incorporado através das políticas públicas, a saber, a sustentabilidade, o desenvolvimento, a regulação e a governança.

Por fim, a linha de pesquisa “Direitos humanos e políticas públicas” tem por finalidade reunir produções acadêmicas acerca das proteções e promoções dadas aos destinatários das políticas públicas. Cumpre abordar como as ações governamentais impactam no indivíduo singularmente considerado ou em sua relação como sociedade a partir de discussões dos fundamentos éticos, da autonomia, da vulnerabilidade, das ações protetivas e

responsabilização nas políticas públicas de forma a realizar a justiça social e promoção da dignidade da pessoa humana.

3. Caracterização do curso

O Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) apresenta a proposta de um Curso de Doutorado Acadêmico em Direito com periodicidade de seleção anual.

O curso possui carga horária total de 1200 (mil e duzentas) horas distribuído em 4 (quatro) anos ou 8 (oito) semestres sendo que cada crédito corresponde a 15 (quinze) horas.

Descrição	Créditos	Carga horária
Disciplinas obrigatórias	20	300hs
Atividades complementares (estágio, pesquisa, extensão e internacionalização)	20	300hs
Confecção, qualificação e defesa da Tese	40	600hs
Total:	80	1200hs

4. Objetivo do curso/perfil do egresso a ser formado

O Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) pretende após 10 anos de consolidação prosseguir na sua missão de contribuir na produção de pesquisa científica qualificada, multidisciplinar e socialmente engajada, bem como, na formação crítica e responsável dos pesquisadores em nível de doutorado.

Isto importa como objetivo geral, a formação em última etapa do pesquisador na pós-graduação *stricto sensu* para desenvolvimento de investigação de forma específica em Direito e Políticas Públicas através do oferecimento pelo Programa do último grau acadêmico com ensino de qualidade e gratuito. Embora haja distintos no país programas que tenham uma das linhas ou uma

das áreas de concentração em políticas públicas tem-se notícia de apenas este que tem como modalidade de mestrado ou de doutorado a área única na modalidade acadêmico de concentração de Direito e Políticas Públicas durante seus 10 (dez) anos de funcionamento.

Uma vez que o Doutorado proposto é na modalidade acadêmica pretende-se habilitar os discentes com a capacidade de realizar pesquisas de forma autônoma, crítica, socialmente engajada e com soluções criativas permitindo o avanço da própria produção do conhecimento científico.

Já que a produção de novo conhecimento depende de validação pela própria comunidade científica corresponde a um dos objetivos ainda na formação do doutoramento o oferecimento de atividades letivas de ensino, embora pretenda-se adotar metodologias ativas com a participação do educando na própria formação do conhecimento mediante um processo de emancipação necessário para o desempenho do seu papel posterior como educador.

Porém, as habilidades propostas não se limitam ao aprofundamento de sua formação teórica com a compreensão das escolas de pensamento e dos principais marcos relativos aos institutos jurídicos ao qual se analisam a interface entre Direito e Políticas Públicas. Tem-se, ainda, por objetivo aprofundar com as demais atividades acadêmicas a habilitação do pesquisador na sua formação como docente com o cumprimento, por exemplo, de atividades complementares, que abrangem participação em projetos de pesquisa e ações de impacto social, apresentação de trabalhos e organização de eventos, bem como, de estágio de docência integrando a pós com a graduação através de atividades de ensino supervisionado, co-orientação de monografias e projetos de iniciação científica, participação em bancas, dentre outros.

Além da preparação dos discentes para atuarem como futuros docentes qualificados para o magistério superior, bem como, para a produção de conhecimento científico e a atuação como pesquisadores, tem-se por objetivo a abertura do curso de doutorado com a realização de pesquisa jurídica de qualidade.

Inegável, que a expansão da pós-graduação stricto sensu no Brasil nas últimas décadas resultou em uma ampliação da oferta de cursos de mestrado e doutorado, principalmente acadêmicos, e, portanto, na formação de pesquisadores e produção de pesquisa na área do Direito. Desta feita, um dos objetivos do Programa não pode se limitar apenas à produção de pesquisa jurídica em âmbito de doutorado.

Compreendendo o papel regional e institucional assumido pela especificidade

do objeto eleito para a sua área de concentração, bem como, o capital relevo que assume o ramo do Direito e Políticas Públicas não apenas pela sua formação recente, mas igualmente pelo deslocamento crescente dos debates da tomada de decisão política da teoria tradicional das outras matérias, para a discussão das disputas, também, jurídicas das políticas públicas, o Programa tem como objetivo produzir pesquisas jurídicas que possam ser relevantes no estado atual da arte da matéria, inovadoras e, portanto, capazes de trazer soluções dentro dos arranjos jurídicos para tais questões eminentemente do campo político.

Inegável, ainda, que se tida a visão que a difusão do conhecimento é a forma de garantir pleno desenvolvimento e redução das desigualdades, um dos objetivos do Programa com a abertura do Doutorado é subsidiar pesquisas com engajamento social reforçando a formação de pesquisadores críticos e habilitados a compreender o papel conformativo do Direito dentro das ciências sociais aplicadas na arquitetura de soluções que envolvam as políticas públicas.

Assim, embora seja um Doutorado em modalidade acadêmica torna-se necessária à utilização preferencial de metodologias que utilizem o estudo de casos e modalidades de empiria como instrumental necessário para oferecimento de soluções inovadoras para questões factuais que envolvem o planejamento, execução e controle dos planos e ações governamentais.

Neste engajamento social, há de se considerar que um dos objetivos do Programa com a abertura do Doutorado deve ser garantir a pluralidade de temas dentro de suas linhas de pesquisa e a diversidade de atores dentro dos discentes habilitados no processo seletivo garantindo que a produção de conhecimento seja adequado à multifacetada problemática que envolvem as políticas públicas no Brasil, bem como, que a formação de pesquisadores atendam a variedade de grupos sociais, inclusive, porém, não de forma exclusiva, quanto a gênero, raça e etnias sempre que possível dentro dos critérios de meritocracia com adoção de ações afirmativas nos últimos casos.

Por fim, com a abertura do curso se almeja a expansão das atividades de impacto social, econômico e cultural do Programa seja com a própria difusão das pesquisas de doutorado, com a participação dos pesquisadores em atividades profissionais e acadêmicas engajadas ou com a criação ou expansão de ações específicas já existentes no programa voltadas ao atendimento direto à sociedade.

Assim, resta demonstrado que os objetivos do Curso de Doutorado Acadêmico proposto é prosseguir com a formação em nível acadêmico de pós-graduação *stricto sensu* na área de concentração de Direito e Políticas Públicas já

desenvolvida pelo PPGD, permitindo que os mestres já formados por este ou demais programas na respectiva área tenham acesso à continuidade do seu aperfeiçoamento com componentes curriculares adequados ao perfil/curso do programa.

Como será visto, os componentes curriculares são adequados à especificidade de formação de modalidade acadêmica, uma vez que possuem disciplinas voltadas à formação teórica – fundamentos para Direito e Políticas Públicas, metodologia da pesquisa em Direito e Políticas Públicas, Teorias dos Direitos Humanos e Políticas Públicas... – com créditos para atividades de pesquisa nacional e de internacionalização, bem como, componentes como estágio de docência nas atividades letivas da graduação, nas ações de difusão dos periódicos científicos dentre outros.

Pretende, portanto, a contribuição na produção de uma pesquisa inovadora e socialmente engajada e no aperfeiçoamento de pesquisadores críticos, responsáveis e plurais.

O perfil do ingressante identificado pela demanda é de pesquisadores com área de atuação acadêmica e profissional em políticas públicas. Assim, os ingressantes são: servidores em cargo de gestão ou função que exige modelagem jurídica de políticas públicas; juízes, promotores, defensores ou advogados, responsáveis pelo controle jurídico de políticas públicas professores e pesquisadores com titulação em direito e políticas públicas.

Assim, o perfil do ingressante a ser selecionado no âmbito do doutorado é de pesquisador habilitado à produzir pesquisas qualificadas e interdisciplinares na área de Direito e Políticas Públicas, que traduzam soluções críticas para problemas sociais garantindo contributo da ciência para a sociedade. Isto porque, pretende produzir egressos como docentes habilitados à adoção de ensino crítico, emancipador e socialmente engajado e profissionais com pesquisa avançada na área subsidiando sua atuação técnica na área de políticas públicas.

A partir do objeto e caracterização/oferta do curso pretende-se que o egresso possua o perfil:

a) Formação teórica em Direito e Política Pública: conhecimento de escolas e marcos teóricos bem definidos na abordagem de Direito e Políticas Públicas, com análise crítica e pesquisa engajada para resolução de questões de ordem social.

b) Expectativas de inserção no âmbito da pesquisa/mercado de trabalho: a

preparação de doutor para competir e ocupar os cargos de pesquisadores/docentes nas instituições públicas/privadas, que demandem a interface de DPP

5. Descrição sintética do esquema de oferta de curso

O curso possui carga horária total de 1200 (mil e duzentas) horas distribuído em 4 (quatro) anos ou 8 (oito) semestres sendo que cada crédito corresponde a 15 (quinze) horas (equivalência hora/aula). São 20 (vinte) créditos de disciplinas, 40 (quarenta) créditos para tese, 2) (vinte) créditos de outras atividades acadêmicas.

PPGD/UNIRIO		
Doutorado Acadêmico em Direito		
Componentes Curriculares		
Descrição	Créditos	Carga horária
Disciplinas obrigatórias	20	300hs
Atividades complementares (estágio, pesquisa, extensão e internacionalização)	20	300hs
Confecção, qualificação e defesa da Tese	40	600hs
Total:	80	1200hs

Esquema de cumprimento dos créditos ao longo do período do Curso de Doutorado será apresentado abaixo

6. Disciplinas

1º e 2º semestre		
Fundamentos para Direito e Políticas Públicas	4 créditos	Obrigatória
Teorias de Direito e Políticas Públicas	4 créditos	Obrigatória
Desenhos Institucionais e Políticas Públicas	4 créditos	Obrigatória

Agendas Internacionais e Políticas Públicas	4 créditos	Obrigatória
Teorias dos Direitos Humanos e Políticas Públicas	4 créditos	Obrigatória
3º e 4º semestre		
Estágio de Docência em Direito e Políticas Públicas I	4 créditos	Obrigatória
Estágio de Docência em Direito e Políticas Públicas II	4 créditos	Obrigatória
Pesquisa em Direito e Políticas Públicas Doutorado	4 créditos	Obrigatória
Extensão em Direito e Políticas Públicas	4 créditos	Obrigatória
Cooperação/Intercâmbio em Direito e Políticas Públicas Doutorado	4 créditos	Obrigatória
5º e 6º semestre		
Orientação de Tese em Direito e Políticas Públicas I	4 créditos	Obrigatória
Preparação de Tese em Direito e Políticas Públicas I	4 créditos	Obrigatória
Orientação de Tese em Direito e Políticas Públicas II	4 créditos	Obrigatória
Preparação de Tese em Direito e Políticas Públicas II	4 créditos	Obrigatória
Qualificação da Tese em Direito e Políticas Públicas	4 créditos	Obrigatória
7º e 8º semestre		
Orientação de Tese em Direito e Políticas Públicas III	4 créditos	Obrigatória
Preparação de Tese em Direito e Políticas Públicas III	4 créditos	Obrigatória
Orientação de Tese em Direito e Políticas Públicas IV	4 créditos	Obrigatória
Preparação de Tese em Direito e Políticas Públicas IV	4 créditos	Obrigatória
Defesa de Tese em Direito e Políticas Públicas	4 créditos	Obrigatória
Outras disciplinas		

Controle das Políticas Públicas	4 créditos	Eletiva
Éticas nas Políticas Públicas	4 créditos	Eletiva
Federalismo e Políticas Públicas	4 créditos	Eletiva
Gênero, Raça e Políticas Públicas	4 créditos	Eletiva
Liberdades Públicas e Políticas Públicas	4 créditos	Eletiva
Metodologia em Direito e Políticas Públicas	4 créditos	Eletiva
Participação social em Políticas Públicas	4 créditos	Eletiva
Poderes Públicos e Políticas Públicas	4 créditos	Eletiva
Política urbana e sustentabilidade	4 créditos	Eletiva
Políticas públicas ambientais e sustentabilidade	4 créditos	Eletiva
Regulação Econômica e Políticas Públicas	4 créditos	Eletiva
Sistemas de Responsabilidade e Políticas Públicas	4 créditos	Eletiva
Tópicos especiais de Instituições e Políticas Públicas	4 créditos	Eletiva
Tópicos especiais de Agendas das Políticas Públicas	4 créditos	Eletiva
Tópicos especiais de Direitos Humanos e Políticas Públicas	4 créditos	Eletiva

Note que a estrutura curricular está organizada com componentes curriculares (obrigatórias, obrigatórias por linha e eletiva) com disciplinas que possuem ementa e bibliografia atualizada com textos em português e internacionais apontando o estado da arte na matéria.

As disciplinas tem temática propostas de acordo com as insuficiências de formação e as necessidades para atender às demandas para a docência e a pesquisa conforme a natureza acadêmica na região. Se adéquam aos docentes, já que se vinculam aos projetos de pesquisa com temáticas desenvolvida por eles de forma coletiva.

7. Projetos de pesquisa

Linha de Pesquisa “Instituições e Políticas Públicas”

Projeto de pesquisa “Arranjos, interações e disputas das instituições do Estado Brasileiro nas políticas públicas”. Busca promover investigações acerca de como a modelagem e atuação das instituições públicas ocorrem nos programas e ações governamentais, de modo que seus consensos e dissensos, em ambiente de dialética e diálogo institucional podem produzir acréscimo de legitimidade e contribuir com o resultado das políticas públicas.

Projeto de pesquisa “Participação, controle e responsabilização do Estado Brasileiro nas políticas públicas”. Pretende-se verificar estudos das formas de fiscalização estatal ou social, bem como, de responsabilização político ou administrativa das pessoas, poderes e órgãos estatais no âmbito do controle, fiscalização e execução das políticas públicas. Docentes: Profa. Dra. Claudia Gurgel e Paulo Mendonça.

Linha de Pesquisa “Agendas das Políticas Públicas”

Projeto de pesquisa “Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Estado Brasileiro”. Tem-se por finalidade verificar como determinadas agendas internacionais como a agenda 2030 são incorporadas pelos planos e ações governamentais brasileiros de forma a buscar implementar o paradigma do desenvolvimento sustentável.

Projeto de pesquisa “Regulação e governança nas políticas públicas”. Analisa-se como a implementação dos modelos de reforma econômica e administrativas ocorre por via das políticas públicas, de modo a determinar o papel regulatório estatal perante agentes privados e a construção de um locus de governança pública, sem desconsiderar o papel do management e da governance privada neste processo.

Linha de Pesquisa “Direitos humanos e Políticas Públicas”

Projeto de pesquisa “Fundamentos teóricos, filosóficos e sociológicos da tutela dos Direitos humanos nas Políticas Públicas”. Investiga dentro das teorias filosófico-éticas, dogmático-jurídicas, sociais e decoloniais de gênero e raça um contraste entre os planos e ações governamentais

implementados e a medida de proteção dos direitos e garantias humanas.

Projeto de pesquisa “Sistemas internacionais e nacionais de proteção dos direitos humanos nas políticas públicas” Estuda os instrumentos teóricos, normativos e jurisprudências de proteção dos direitos e garantias humanas nas políticas públicas, bem como, as formas de responsabilização em caso de violação pelas ações estatais. Docentes:

5.1. Relação com o curso de mestrado, indicando área(s), linhas de pesquisa/atuação, projetos e componentes curriculares em comum ou específicas do doutorado

A proposta de curso de doutorado acadêmico apresentado se relaciona com o curso de mestrado como aprofundamento da investigação de suas pesquisas, de forma que possui a mesma área de concentração (Direito e Políticas Públicas), linhas de pesquisa (Instituições e Políticas Públicas, Agenda das Políticas Públicas e Direitos Humanos e Políticas Públicas) e os mesmos projetos de pesquisa abaixo mencionados.

Justifica-se a mesma relação tendo em vista que houve uma reestruturação da área de concentração, linha de pesquisa e projetos de pesquisas em 2021 em atendimento ao disposto na ficha de avaliação 2017-2020 e, portanto, aprofunda-se no Doutorado a especificidade, aderência e estruturação indicada pela área para o Curso de Mestrado.

A estrutura curricular, porém, é diferenciada, sendo que a estrutura do Curso de Mestrado do PPGD/UNIRIO é formada pela seguinte estrutura:

CURSO DE MESTRADO PPGD/UNIRIO		
Disciplina	Créditos	Docente
Obrigatórias comuns (12 créditos)		
Fundamentos para Direito e Políticas Públicas	4	Prof. Dr. Emerson Moura
Teorias de Direito e Políticas Públicas	4	Profa. Dra. Maria Lucia
Metodologia de pesquisa em Direito e Políticas Públicas	4	Prof. Dr. Leonardo Mattietto
Obrigatórias das Linhas		

(4 créditos)		
Desenhos institucionais e Políticas Públicas (Linha 1)	4	Prof. Dr. Emerson Moura
Agendas internacionais e Políticas Públicas (Linha 2)	4	Prof. Dr. Andre Coelho
Teorias dos Direitos humanos e Políticas Públicas (Linha 3)	4	Profa. Dra. Edna Raquel
Eletivas da Linha 1 “Instituições e Políticas Públicas” (8 créditos)		
Poderes Públicos e políticas públicas	4	Prof. Dr. André Fontes
Participação social em políticas públicas	4	Profa. Dra. Claudia Gurgel
Controle de políticas públicas	4	Prof. Dr. Paulo Mendonça
Federalismo e Políticas Públicas	4	Profa. Dra. Rosalina Correa
Tópicos especiais de Instituições e Políticas Públicas	4	Docente permanente colaborador ou Estágio pós-doutoral
Eletivas da Linha 2 “Agendas das Políticas Públicas” (8 créditos)		
Política urbana e desenvolvimento	4	Prof. Dr. Eduardo Domingues
Políticas ambientais e sustentabilidade	4	Prof. Dr. Paulo de Bessa
Regulação econômica e Políticas Públicas	4	Prof. Dr. Benedito Adeodato
Governança corporativa e Políticas Públicas	4	Prof. Dr. José Gabriel
Tópicos especiais de Agendas das Políticas Públicas	4	Docente permanente colaborador ou Estágio pós-doutoral
Eletivas da Linha 3 “Direitos Humanos e Políticas Públicas” (8 créditos)		
Teorias dos Direitos humanos e Políticas Públicas	4	Prof. Dr. Edna Raquel
Filosofia das Políticas Públicas	4	Profa. Dra. Maria Lucia
Liberdades e Políticas Públicas	4	Prof. Dr. Leonardo Mattietto

Sistemas de responsabilidade e Políticas Públicas	4	Profa. Dra. Patricia Serra
Tópicos especiais de Direitos Humanos e Políticas Públicas	4	Docente permanente colaborador ou Estágio pós-doutoral
Outros créditos (12 créditos)		
Estágio de docência	4	Docente supervisor do PPGD
Exame de qualificação	4	Docente orientador do PPGD
Atividades complementares	4	Docente supervisor do PPGD
Defesa de dissertação	4	Docente orientador do PPGD

Note, que há o aprofundamento dos créditos já que no Doutorado há 20 (vinte) créditos de disciplinas, 40 (quarenta) créditos para tese, 2) (vinte) créditos de outras atividades acadêmicas com exigência de disciplinas distintas:

CURSO DE DOUTORADO PPGD/UNIRIO		
Fundamentos para Direito e Políticas Públicas	4 créditos	Obrigatória
Teorias de Direito e Políticas Públicas	4 créditos	Obrigatória
Desenhos Institucionais e Políticas Públicas	4 créditos	Obrigatória
Agendas Internacionais e Políticas Públicas	4 créditos	Obrigatória
Teorias dos Direitos Humanos e Políticas Públicas	4 créditos	Obrigatória
3º e 4º semestre		
Estágio de Docência em Direito e Políticas Públicas I	4 créditos	Obrigatória
Estágio de Docência em Direito e Políticas Públicas II	4 créditos	Obrigatória
Pesquisa em Direito e Políticas Públicas Doutorado	4 créditos	Obrigatória

Extensão em Direito e Políticas Públicas	4 créditos	Obrigatória
Cooperação/Intercâmbio em Direito e Políticas Públicas Doutorado	4 créditos	Obrigatória
5º e 6º semestre		
Orientação de Tese em Direito e Políticas Públicas I	4 créditos	Obrigatória
Preparação de Tese em Direito e Políticas Públicas I	4 créditos	Obrigatória
Orientação de Tese em Direito e Políticas Públicas II	4 créditos	Obrigatória
Preparação de Tese em Direito e Políticas Públicas II	4 créditos	Obrigatória
Qualificação da Tese em Direito e Políticas Públicas	4 créditos	Obrigatória
7º e 8º semestre		
Orientação de Tese em Direito e Políticas Públicas III	4 créditos	Obrigatória
Preparação de Tese em Direito e Políticas Públicas III	4 créditos	Obrigatória
Orientação de Tese em Direito e Políticas Públicas IV	4 créditos	Obrigatória
Preparação de Tese em Direito e Políticas Públicas IV	4 créditos	Obrigatória
Defesa de Tese em Direito e Políticas Públicas	4 créditos	Obrigatória

8. Diferença quanto ao nível de desenvolvimento da pesquisa e o aprofundamento das discussões sobre a temática quando tiver vinculação com um curso de mestrado prévio

Conforme demonstra a estrutura curricular diferenciada pretende-se aprofundar as discussões de políticas públicas para temáticas específicas – das grandes teorias sobre a interface de Direito e políticas públicas para as discussões específicas sobre planos de ações governamentais a partir de quadros de abordagem/referências e metodologias recentes propostas, por exemplo, pela profa. Maria Paula Dallari Bucci.

Ademais, aprofunda-se as habilidades do pesquisador com ações para além da sala de aula exigindo do doutorando não apenas estágio de docência e

cumprimento dos créditos obrigatórios letivos, mas atividades de internacionalização com cooperação/intercâmbio e de interação com a sociedade com ações de extensões voltadas à impacto econômico, social e cultural.

9. Possibilidade de recorte diferente das áreas e linhas de pesquisa do mestrado já em curso, desde que esclarecido o seu propósito articulado com o perfil do doutor que se pretende formar

Não se aplica, pois conforme indicado no perfil do egresso pretende-se pela especificidade do programa formar pesquisador qualificado na interface de Direito e Políticas Públicas.

10. Demais informações

Demais informações relativas ao plano pedagógico do curso encontram-se no documento APCN da proposta do Curso submetido à CAPES.